



COMO VALORAR RESILIÊNCIA NO SETOR ELÉTRICO EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS?

AUTORAS

Adriana Gouvêa e Gláucia Fernandes

abril.2020



DIRETOR

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

ASSESSORIA ESTRATÉGICA

Fernanda Delgado

EQUIPE DE PESQUISA

Coordenação Geral

Carlos Otavio de Vasconcellos Quintella

Superintendente de Relações Institucionais e Responsabilidade Social

Luiz Roberto Bezerra

Superintendente de Ensino e P&D

Felipe Gonçalves

Coordenação de Pesquisa

Magda Chambriard

Pesquisadores

Acacio Barreto Neto

Adriana Ribeiro Gouvêa

Ana Costa Marques Machado

Carlos Eduardo P. dos Santos Gomes

Gláucia Fernandes

Julio Pinguelli

Magda Chambriard

Marina de Abreu Azevedo

Priscila Martins Alves Carneiro

Thiago Gomes Toledo

PRODUÇÃO

Coordenação

Simone C. Lecques de Magalhães

Execução

Beatriz Azevedo

Thatiane Araciro

Diagramação

Bruno Masello e Carlos Quintanilha



OPINIÃO

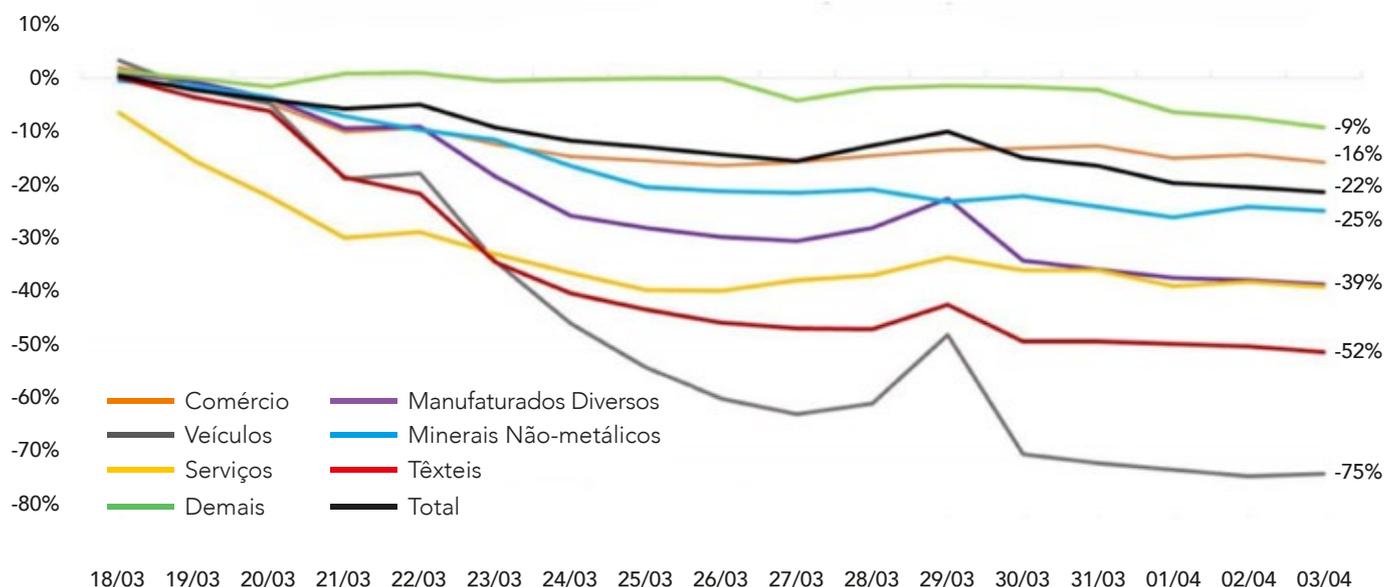
COMO VALORAR RESILIÊNCIA NO SETOR ELÉTRICO EM TEMPOS DE CORONAVÍRUS?

Adriana Gouvêa e Gláucia Fernandes

Nas últimas semanas, em meio à pandemia gerada pelo novo coronavírus (Covid-19), a economia brasileira tem sentido os tremores de uma recessão.

O setor elétrico, em especial, é um dos setores que vem sofrendo fortemente com a paralização de parte da indústria e do comércio. O maior impacto do Covid-19 no setor elétrico está associado à redução forçada do consumo de energia elétrica no país, principalmente dos consumidores de serviço (comercial, pequenas indústrias e serviços públicos). A Figura 1 mostra os principais setores que foram impactados pelo Covid-19.

Figura 1: Principais setores de atividade impactados pela pandemia.



Fonte: CCEE (2020).

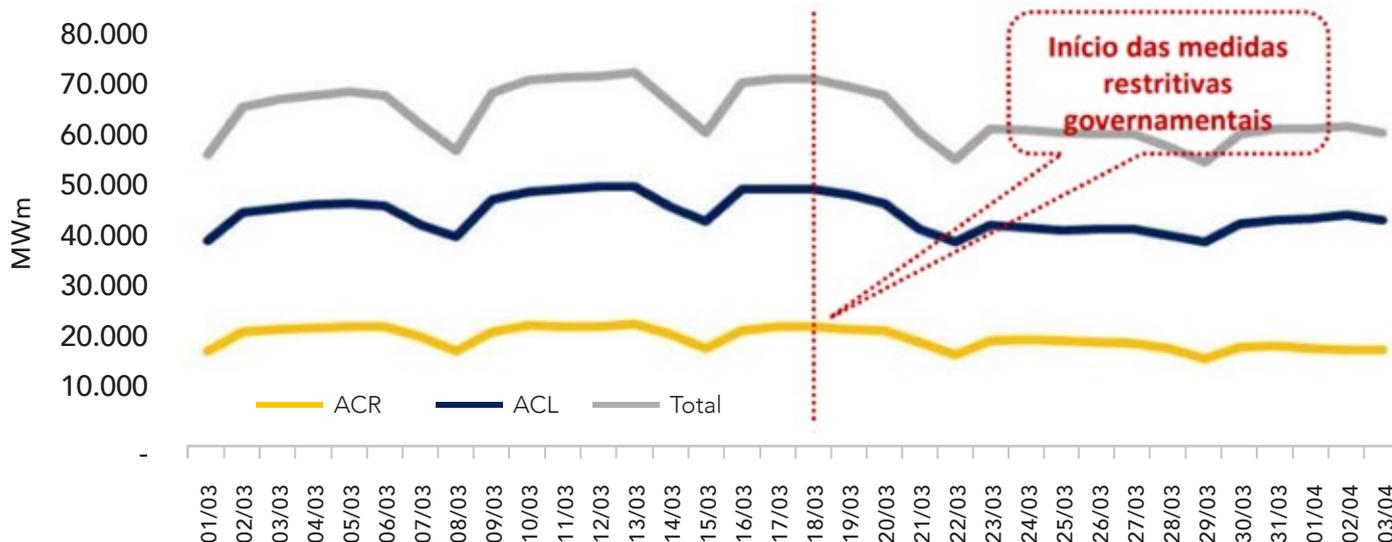
A redução de carga desses consumidores, que utilizam equipamentos com uso intenso de eletricidade, não compensa a mudança do perfil do consumidor residencial, que vem exigindo mais do uso do ar-condicionado, televisores, computadores e outros aparelhos eletroeletrônicos.

Diante desse cenário, as distribuidoras de energia elétrica se tornaram o vórtice desse turbilhão de eventos, sendo foco das discussões nos encontros do setor de energia. Como o volume de energia previsto antes do Covid-19 está respaldado nos contratos firmados entre distribuidoras e geradoras de energia elétrica, a redução abrupta do mercado colocou as distribuidoras numa situação de elevada sobre-contratação, consequentemente, escassez de caixa. Parte desse volume sobre-contratado pode ser negociado no mercado de curto prazo, porém,

com o preço de mercado reduzido a 39,68 R\$/MWh, haverá perdas financeiras. Esse cenário é agravado pelo aumento das inadimplências no mercado cativo, podendo afetar compromissos contratuais de compra de energia e setoriais, bem como os pagamentos dos geradores e transmissores.

Essa crise terá um efeito direto na saúde financeira das empresas e, possivelmente, nos financiamentos tomados para implantação dos novos projetos, uma vez que na maioria das vezes esses empréstimos são lastreados nos contratos de venda de energia. Além disso, as usinas em construção já estão sentindo as baixas na oferta de mão de obra e dificuldades no acesso a materiais necessários para continuidade dos empreendimentos. Esses atrasos nas obras afetarão a viabilidade econômico-financeira dos projetos.

Figura 2: Consumo de energia elétrica nos ambientes de contratação regulado e livre.



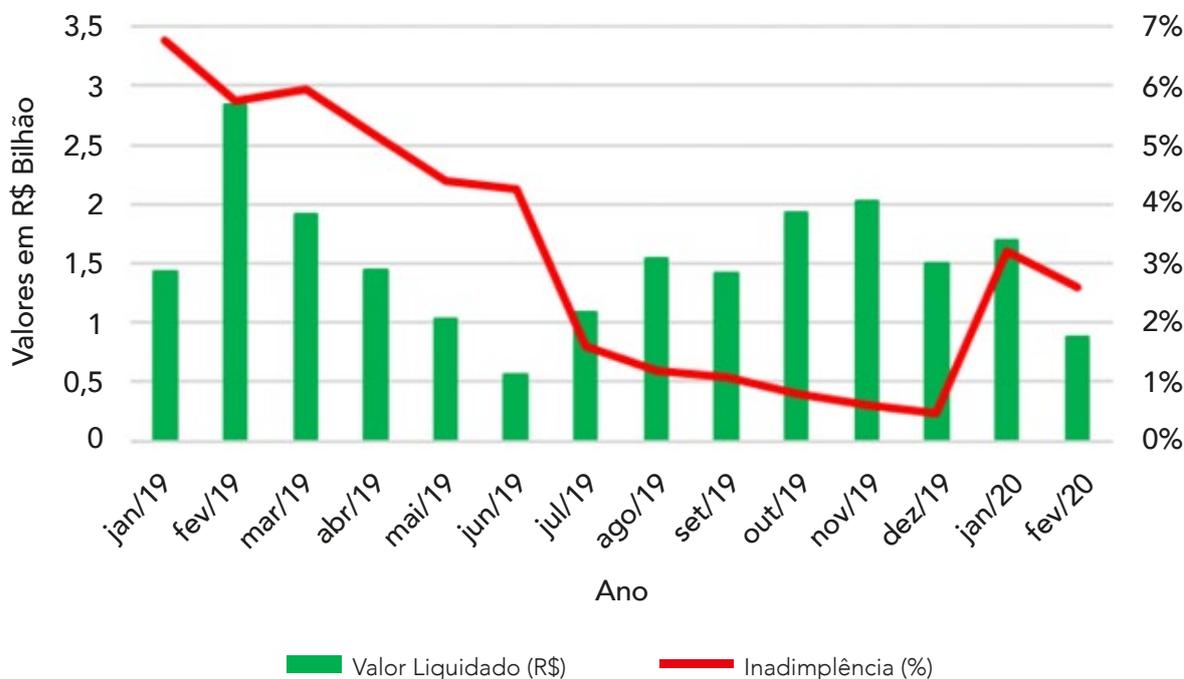
Fonte: CCEE (2020).

Esses efeitos da crise no setor elétrico dificultam a previsão dos mercados para os próximos cinco anos, realizada pelas distribuidoras que devem declarar suas demandas. Com essas incertezas, houve a dilatação dos investimentos no setor, bem como o adiamento de leilões de infraestrutura e energia, que estavam previstos para o início desse ano para atender a carga, conforme publicado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) na portaria nº134/2020. Nesse contexto, todo o cenário de disponibilidade de energia muda para os próximos anos.

Além do mercado regulado, o mercado livre também tem sentido os efeitos negativos da crise, conforme apresentado na Figura 2. Note que o mercado livre representa quase 1/3 do mercado total de eletricidade, o que corrobora para um mercado mais aberto.

O não cumprimento de obrigações contratuais no mercado livre poderá dar início a uma onda de disputas contratuais entre comercializadoras, geradoras e consumidores livres e especiais, que deverão ser liquidadas no mercado de curto prazo. Nesse período de confinamento, as liquidações financeiras poderão ser maiores que as registradas no ano de 2019, que totalizaram R\$ 18,7 bilhões. Ano passado, a inadimplência teve seu pico em janeiro, quando mais de 7% dos valores não foram quitados. Essas informações estão apresentadas na Figura 3. Em fevereiro de 2020, a inadimplência registrada foi dentro da normalidade, a liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo (MCP) movimentou R\$ 880 milhões, dos R\$ 9,20 bilhões contabilizados. Ainda não foi registrado o impacto do cenário de incertezas provocado pelas medidas de contenção do Covid-19,

Figura 3: Liquidações no mercado de curto prazo.



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CCEE (2020).

que deverá sair nos próximos anúncios da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

É importante ressaltar que a desaceleração abrupta do mercado, aconteceu em meio às discussões da modernização do setor elétrico. Essas propostas poderão contribuir para que o setor elétrico se recupere dessa crise de forma mais acelerada.

A aprovação do Projeto de Lei (PSL) 232/16 traz um novo fôlego ao setor elétrico. Esse novo marco trata da atualização do modelo de comercialização. Além da liberalização do mercado livre, o novo modelo se desdobra no fim dos subsídios às fontes incentivadas e na separação entre lastro e energia. Com a separação de lastro e energia pretende-se evitar a contaminação cruzada dos preços formados na

elaboração do contrato de eletricidade, incentivando, dessa maneira, sinais econômicos adequados e monitorar o poder de mercado. A separação desses atributos desobriga a comprovação bilateral de lastro para todos os agentes, eliminando as penalidades por falta de lastro, e favorece a abertura do mercado de forma sustentável.

Sob essa expectativa, a revisão da regulação do setor elétrico é imprescindível para todos os segmentos, inclusive o de distribuição de energia, favorecendo novos modelos de negócio e serviços. Nessa linha, o Grupo de Trabalho da Modernização do Setor Elétrico (GTMSE), instituído pela portaria do MME nº187/2019, já encaminhou um plano de ação com quinze frentes de atuação. Dentre as quais, algumas dependem de estudos e análises de impacto regulatório e de risco,

outras precisam de severas mudanças de dispositivos legais com prazos diluídos para se tornarem ativas.

Portanto, no pós-pandemia, vislumbram-se novos rumos para a contratação de energia elétrica no Brasil, que poderão redefinir vetores de crescimento, perfis de consumo, modelos de projeção, entre outros. Nesse sentido, a retomada do crescimento depende da saúde financeira de todos os segmentos do setor elétrico.

É preciso resiliência dentro do setor para poder superar e se adaptar ao novo contexto num esforço não solitário. Ser resiliente é ser como um cacto, que tem a capacidade de se adaptar as intempéries da vida de forma duradoura. Por isso, para progredir no pós- crise, é preciso agora trabalhar em sintonia, considerando todos os elos da cadeia (distribuidoras, geradoras, transmissoras, comercializadoras e operadoras de geração distribuída), a fim de alcançar soluções equilibradas e de forma ordenada.

No que tange a agência reguladora, iniciativas já foram tomadas considerando um conjunto de medidas, informadas na Resolução Normativa 878/2020, para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica. Ideias como a postergação do prazo de outorga, a criação de linhas de crédito especial para lidar

com a crise de liquidez ou até mesmo a compensação do valor reduzido da energia ao longo do tempo remanescente dos contratos surgiram como propostas.

De certo que o estresse que o Covid-19 gerou ao setor elétrico terão repercussões de longo prazo. No entanto, assim como as flores dos cactos florescem em condições específicas, alguns pontos positivos estão sendo observados no setor elétrico durante a pandemia. Por exemplo, a redução do consumo de eletricidade contribuiu com o aumento do nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas, o que era algo bastante preocupante antes da pandemia. Como efeito, foi ampliado a segurança do atendimento da carga aos consumidores brasileiros tanto no cenário atual, quanto futuro, após a retomada das atividades econômicas e crescimento do país. Também, houve uma redução do acionamento de termelétricas, evitando custos ao consumidor e emissões tóxicas ao meio ambiente. Adicionalmente, têm-se observado uma redução acentuada das emissões de gases do efeito estufa, relacionado à queda na produção dos principais setores industriais.

No momento, a melhor alternativa pode ser manter os investimentos de fontes renováveis e estar preparado para os novos desafios com a retomada do consumo num setor elétrico mais dinâmico e cada vez mais integrado.



Adriana Gouvêa é graduada em Engenharia Química pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e mestra em Planejamento Energético pela COPPE/UFRJ. Sua linha de pesquisa envolveu uma visão estratégica do setor de distribuição de energia elétrica frente aos desafios da expansão de recursos energéticos distribuídos no Brasil. Possui pós-graduação em Engenharia de Processo pela PUC-RJ e Engenharia de Processamento de Gás Natural na UFRJ. Experiência como Engenheira de Processo em projeto de engenharia básica da Petrobras nas áreas de abastecimento e E&P. Como Pesquisadora na FGV Energia, atua nas áreas do setor elétrico brasileiro e de energias renováveis.



Gláucia Fernandes é pesquisadora na FGV Energia e Coordenadora Adjunta do MBA/FGV em Gestão de Negócios para o Setor Elétrico. Economista pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Obteve o título de Mestre em Economia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e os títulos de Doutor em Finanças e Pós-doutor em Engenharia Industrial pela PUC-Rio. Durante o doutorado, foi pesquisadora visitante na University of Texas at Austin - McCombs School of Business. Foi Pesquisadora do Núcleo de Energia e Infraestrutura - NUPEI, no Departamento de Administração da PUC-Rio. Foi Assessora do Mestrado de Matemática Profmat, com núcleo no IMPA. Dentre seus interesses destacam-se: análise de risco, análise de projetos & investimento, estrutura de capital, modelos de opções com aplicações direcionadas ao Setor Elétrico Brasileiro.



fgv.br/energia

